

Entrevistas OPLOP

Os 40 anos de independência do Timor-Leste



**OPLOP
2015**

ENTREVISTAS OPLOP

OS 40 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO TIMOR-LESTE

Corpo Editorial

Coordenadora-Executiva: Mayra Goulart da Silva

Editores: Luís Carlos Alves de Melo

Naiara Alves

Endereço de contato

Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP-UFF)

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Rodovia BR 465 - Km 7

Campus Universitário - Zona Rural

Seropédica - RJ

23851-970

(21) 2681-4600

Pesquisadores envolvidos nesta edição

Luis Carlos Alves de Melo, Naiara Alves da Silva

Créditos da Reportagem:

Cristina Silva Rosa

Jornalista

Lusa – Agência de Notícias de Portugal



40 ANOS/TIMOR-LESTE: LONGO É O CAMINHO PARA MELHOR A GOVERNAÇÃO DO PAÍS - ESPECIALISTAS¹

POR CRISTINA SILVA ROSA²

LISBOA, 18 NOV (LUSA) – TIMOR-LESTE AINDA TEM UM LONGO CAMINHO PARA MELHORAR A SUA GOVERNAÇÃO, JÁ QUE A ESTRUTURA DO ESTADO É RECENTE, PRECISANDO AINDA APRIMORAR A SUA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS MECANISMOS DE CONTROLO DA MESMA, SEGUNDO ESPECIALISTAS

“No caso da governação, o caminho é muito longo, isso porque a estrutura do Estado timorense é recente e ainda carece de melhorias, nomeadamente os mecanismos de controlo da sua administração pública, que são elementos cruciais para fazer com que esta funcione de forma efetiva”, disse hoje à Lusa a investigadora Naiara Alves, do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

A independência de Timor-Leste foi reconhecida pela comunidade internacional somente em 2002, depois da colonização portuguesa, do domínio indonésio (entre 1975 e 1999) e de um governo de transição das Nações Unidas (1999 a 2002).

A 28 de novembro de 1975, a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (Fretilin) declarou a independência, interrompida rapidamente com a invasão indonésia, a 07 de dezembro do mesmo ano.

De acordo com Naiara Alves, “existe um diagnóstico um pouco otimista, talvez demasiado otimista” em relação à esta questão da administração pública para Timor-Leste.

“Em março de 2015, aconteceu um seminário de fiscalização legislativa do ciclo orçamental e controlo externo das despesas públicas nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e Timor-Leste” em Cabo Verde, referiu a investigadora.

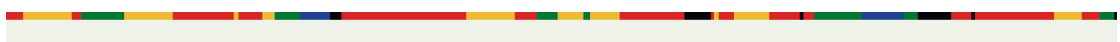
Segundo Naiara Alves, o gestor do “projeto de Reforço das Capacidades Funcionais e Técnicas dos Tribunais de Contas, Parlamentos Nacionais e Organizações da Sociedade Civil dos PALOP e Timor-Leste para o Controlo Externo das Finanças Públicas” apontou uma melhoria na administração pública não só dos países africanos lusófonos, mas também em Timor-Leste.

O projeto gerido por Ricardo Godinho Gomes é financiado pela União Europeia (UE), com 6,4 milhões de euros, e é administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para um período de três anos, e visa reforçar as capacidades institucionais e humanas.

“Segundo o gestor, houve melhorias em mecanismos de governança como a transparência orçamental, a justificação dos gastos públicos, e principalmente o controlo externo independente das finanças públicas, seja por meio de tribunais de contas, seja por meio dos parlamentos, ou por meio da ação conjunta destas duas entidades”, indicou a investigadora.

¹ Publicado inicialmente no portal “Independências” da Agência Lusa, em 18 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.independenciaslusa.info/40-anostimor-leste-longo-e-o-caminho-para-melhor-a-governacao-do-pais-especialistas/>

² Jornalista da Agência de Notícias Portuguesa – LUSA.



Segundo a coordenadora adjunta do OPLOP, centro ligado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), “há muito para ser melhorado e um dos pontos principais é em relação a processos básicos da máquina burocrática, como por exemplo o processo de registo de empresas, que é muito moroso”.

“Ainda há uma precariedade no que se refere às instituições públicas em Timor-Leste. Só que se formos analisar o tempo de independência e a experiência que possuem, podemos dizer que estão a caminhar, mesmo que lentamente, para a melhoria destas instituições”, disse Luís Carlos Alves de Melo, também investigador do OPLOP.

Segundo o investigador, os timorenses “vão continuar a precisar de apoio da comunidade internacional em todas as áreas, seja na justiça, saúde, administração, entre outros”.

Naiara Alves referiu ainda que é preciso lembrar que o processo de construção do Estado de Timor-Leste começou com o governo de transição das Nações Unidas em 1999, depois do referendo de independência da Indonésia no mesmo ano, e que todo este passado de ocupação pela Indonésia e transição reflete-se na situação atual do país.

O país contou e ainda conta com muita ajuda internacional, nomeadamente cooperações multilaterais e bilaterais (como com Portugal e Brasil, nas áreas de educação/língua portuguesa, saúde, justiça e outros setores).

“A situação económica do país é um empecilho para o aprofundamento do processo de democracia, porque qualquer ação deste tipo requer dinheiro e a economia timorense é muito dependente do petróleo. O preço do barril de petróleo tem vindo a baixar e o impacto nas economias dependentes deste produto é muito grande”, disse Naiara Alves.

Segundo a coordenadora do OPLOP, “essa debilidade económica prejudica o processo de melhoramento da máquina do Estado. Quanto menor o orçamento, menor será o valor investido nestas agendas de aproximação da democracia e da reforma da administração pública”.

“O primeiro-ministro de Timor-Leste, Rui Araújo, já declarou que não é possível continuar a viver dependente de um só produto, que no caso é o petróleo, é preciso desenvolver outros meios de gerar receitas”, acrescentou Alves de Melo.

Os dois investigadores do OPLOP referiram que há outros pontos que prejudicam um desenvolvimento positivo da administração pública, como por exemplo, a corrupção.



40 ANOS/TIMOR-LESTE: RENOVAÇÃO DE ATORES POLÍTICOS AINDA VAI DEMORAR - ANALISTAS³

POR CRISTINA SILVA ROSA

LISBOA, 20 NOV (LUSA) – A RENOVAÇÃO DOS ATORES POLÍTICOS EM TIMOR-LESTE PODE LEVAR ALGUM TEMPO ATÉ QUE SURJAM PESSOAS QUE APRESENTEM UM DISCURSO QUE VÁ ALÉM DO QUE OS POLÍTICOS MOSTRAM ATUALMENTE, MUITO LIGADO AO PASSADO DA RESISTÊNCIA TIMORENSE, SEGUNDO AVALIAÇÃO DE ANALISTAS.

“Para a renovação acontecer, precisaria ter alguém com um discurso novo, diferente de tudo o que já se viu. Alguém que trouxesse um discurso para além do que os políticos atuais apresentam”, disse à Lusa Naiara Alves, coordenadora adjunta do Observatório dos Países de Língua Portuguesa (OPLOP).

“Depois da independência, as instituições ainda estavam muito fragilizadas. Então, se havia um cenário político com atores minimamente bem organizados e com alianças consideráveis, a tendência de concentração destes indivíduos nas instituições tornou-se muito forte”, disse a investigadora.

Para Naiara Alves, “talvez não seja o caso de insuficiência democrática, pois o Estado havia sido criado há pouco tempo, as instituições foram formadas a partir do ano 2000, sendo preciso um tempo de adequação, inclusive para as outras organizações partidárias criaram alianças, com maior capacidade de poder para superar estes candidatos nas urnas”.

Segundo a coordenadora do OPLOP, a vida do timorense comum, que não seja militante de um partido político, “a perceção da política está muito relacionada com o passado recente do país”, à resistência timorense à ocupação indonésia (1975-1999).

Figuras como o ex-primeiro-ministro Kay Rala Xanana Gusmão - que deixou o cargo em fevereiro deste ano -, o ex-Presidente José Ramos Horta e o atual Presidente Taur Matan Ruak, entre outros, estão muito ligados à resistência contra a ocupação da Indonésia, lembraram os dois académicos.

“Xanana Gusmão e Ramos-Horta tiveram um papel muito importante na resistência timorense. Estas figuras remetiam para a oposição, para a resistência ao poder indonésio, e assim tinham um apelo muito maior na hora da votação”, avaliou Naiara Alves.

Segundo a investigadora, “isso exige das outras fações políticas que se organizem e consigam estabelecer contactos com a vida ordinária, quotidiana, que consigam transpor este imaginário dos heróis da construção do Estado”.

“Se Xanana Gusmão voltar a candidatar-se, tenho a certeza que vai voltar para o poder”, disse por seu lado Luís Carlos Alves de Melo, investigador e editor do OPLOP.

“Se formos analisar a situação atual, a renúncia do Xanana Gusmão do cargo de primeiro-ministro, cedendo o seu lugar para alguém da oposição causou um certo desconforto entre os partidos. Foi um gesto de grandeza. Qualquer pessoa poderia ter continuado, mas ele disse que queria que coisas novas viessem por aí”, acrescentou Alves de Melo, avaliando que isso já é, em certa medida, uma mudança.

³ Publicado inicialmente no portal “Independências” da Agência Lusa, em 20 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.independenciaslusa.info/40-anostimor-leste-renovacao-de-atores-politicos-ainda-vai-demorar-analistas-2/>

Para Naiara Alves, “o novo primeiro-ministro, Rui Araújo, já se afasta um pouco do passado, da ocupação, parecendo mais preocupado com o discurso do novo: o que queremos para este novo Estado e o que está bom e o que precisa ser alterado”, referindo uma opinião que é partilhada por Luís Carlos Alves de Melo.

A independência de Timor-Leste foi reconhecida pela comunidade internacional somente em 2002, depois da colonização portuguesa, do domínio indonésio (entre 1975 e 1999) e de um governo de transição das Nações Unidas (1999 a 2002).

A 28 de novembro de 1975, a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (Fretilin) declarou a independência, interrompida rapidamente com a invasão indonésia, a 07 de dezembro do mesmo ano.



40 ANOS/TIMOR-LESTE: GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL DEVEM CONSOLIDAR OS DIREITOS HUMANOS – ESPECIALISTAS⁴

POR CRISTINA SILVA ROSA

LISBOA, 24 NOVEMBRO (LUSA) - TIMOR-LESTE ASSINOU OS GRANDES TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, MAS ESTA ÁREA AINDA PRECISA DE MAIOR ENVOLVIMENTO DO GOVERNO E DA SOCIEDADE CIVIL TIMORENSES, CONSIDERAM ESPECIALISTAS CONTATADOS PELA LUSA.

“O país assinou imediatamente à sua independência os principais tratados internacionais sobre os direitos humanos e há preocupação, pelo menos no plano discursivo, do Governo timorense neste sentido, mas ainda há muito que fazer neste campo, sobretudo um maior envolvimento do Executivo e da sociedade civil”, disse à Lusa a investigadora Naiara Alves, do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP).

Para Luís Carlos Alves de Melo, também investigador e editor do OPLOP, “se o Governo timorense quer desenvolver o país, não pode querer melhorar somente a máquina do Estado e esquecer setores importantes como os direitos humanos”.

O investigador do OPLOP, ligado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), disse ser necessária “a implementação de políticas públicas muito específicas”, existindo uma pressão internacional para que se cumpram os tratados já assinados pelo país.

“A pressão ainda é maior dos grupos da sociedade civil nacional sobre o Governo para a implementação das diretivas em relação aos direitos humanos”, referiu o investigador, acrescentando que esta intervenção da sociedade civil é fundamental e deve continuar a existir e expandir-se.

Segundo Naiara Alves, “os direitos humanos aparecem como uma agenda fundamental mesmo antes da construção do Estado timorense. A demanda pelos direitos humanos estava presente mesmo antes da construção do Estado”.

No entanto, entre o discurso e as políticas do Governo em matéria de direitos humanos efetivamente aplicadas e supervisionadas existe uma grande distância, segundo os investigadores.

Os dois académicos sublinharam ainda, referindo-se à violação dos direitos humanos atualmente no país, a ação das polícias, a intolerância religiosa, a desigualdade de género, a violência contra as mulheres, entre outros.

“Podemos abordar também as consequências do regime de exceção (durante a ocupação indonésia - 1975 a 1999) e do conflito na dinâmica social, quando houve uma forte presença de guerrilhas, milícias, paramilitares e grupos alinhados com a Indonésia”, disse a investigadora.

Durante os anos de ocupação indonésia, calcula-se que 200 mil pessoas foram mortas, outros milhares desapareceram e registaram-se ainda centenas de milhares de refugiados, segundo os académicos.

A atuação das comissões de verdade, que investigaram a violação dos direitos humanos durante a ocupação indonésia, foram “fortemente criticadas pelos timorenses”, segundo a investigadora do OPLOP.

⁴ Publicado inicialmente no portal “Independências” da Agência Lusa, em 24 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.independenciaslusa.info/40-anostimor-leste-governo-e-sociedade-civil-devem-consolidar-os-direitos-humanos-especialistas-repeticao/>

“As comissões de verdade produziram uma impressão de uma impunidade generalizada na população por casos mal investigados ou não investigados”, referiu Naiara Alves.

A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR, na sigla portuguesa) foi criada em 2001 e funcionou de 2002 até à sua dissolução em dezembro de 2005.

Foi ainda criada a Comissão para a Verdade e Amizade (CVA) pelos governos da Indonésia e de Timor-Leste (2005 a 2008) para investigar a violação dos direitos humanos antes e depois do referendo de 1999 (pela independência) em Timor-Leste.

Para Naiara Alves, as comissões de verdade “fizeram a opção por uma justiça restaurativa, em detrimento de uma justiça punitiva, ou seja, era preciso primeiro oferecer amparo às vítimas que tiveram seus direitos humanos violados, não só as diretamente afetadas, mas também aos familiares”.

“O sistema judicial timorense não teria condições de punir todos os casos de violações dos direitos humanos, por ser um Estado recém-criado, ainda incipiente”, disse a investigadora.

“Esta situação foi vista com muito maus olhos pelas vítimas e seus familiares, porque estas comissões não incluíram crimes como violações, violência sexual, desaparecimento forçado”, indicou.

A independência de Timor-Leste foi reconhecida pela comunidade internacional somente em 2002, depois da colonização portuguesa, do domínio indonésio (entre 1975 e 1999) e de um governo de transição das Nações Unidas (1999 a 2002).

A 28 de novembro de 1975, a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (Fretilin) declarou a independência, interrompida rapidamente com a invasão indonésia, a 07 de dezembro do mesmo ano.



40 ANOS/TIMOR-LESTE: COMBATE À CORRUPÇÃO NO PAÍS ESTÁ A MELHORAR – ACADÉMICOS⁵

POR CRISTINA SILVA ROSA

LISBOA 27 NOVEMBRO (LUSA) – OS NÍVEIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO TÊM VINDO A MELHORAR EM TIMOR-LESTE, MUITO PELA ATUAÇÃO DE UMA COMISSÃO ANTICORRUPÇÃO QUE FOI CRIADA NO PAÍS E QUE SE REFLETEM NOS RELATÓRIOS INTERNACIONAIS SOBRE O TEMA, AFIRMARAM DOIS ACADÉMICOS.

“Houve uma certa melhoria no que toca à (luta contra a) corrupção no país, principalmente devido à atividade da comissão anticorrupção”, disse à Lusa o investigador Luís Carlos Alves de Melo, do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP).

Segundo a coordenadora adjunta do OPLOP, Naiara Alves, “em 2009, foi aprovado no parlamento timorense a lei que criou a comissão anticorrupção, sendo objetivo desta a investigação, prevenção, educação e a realização de campanhas publicitárias contra a corrupção”.

“Depois de investigado, a comissão anticorrupção envia o caso para o Ministério Público, que atua na acusação dos indivíduos ou instituições, declarou Naiara Alves.

“A maior parte destes casos está ligado ao abuso de poder, certamente nos faz pensar em uma cultura de corrupção, porque envolve membros do governo e funcionários públicos”, acrescentou a investigadora do OPLOP, centro ligado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Segundo Naiara Alves, ainda este ano, entre fevereiro e março, “a comissão havia concluído 30 inquéritos de corrupção, repassando os casos para o Ministério Público”, disse Naiara Alves.

De acordo com a investigadora, um dos exemplos utilizados pelo primeiro-ministro timorense, Rui Araújo, para identificar a corrupção é a cobrança de serviços públicos que são gratuitos.

Alves de Melo lembrou que no Índice de Corrupção Percecionada (ICP - que analisa a situação em cerca de 180 países), divulgado pela Transparência Internacional em 2014, Timor-Leste passou da posição 119.^a em 2013 para a 133.^a no ano passado, lembrando que na escala de corrupção o número um refere-se ao país mais corrupto.

“Podemos falar ainda do efeito negativo da corrupção para a economia, principalmente para investidores estrangeiros e ao capital privado externo”, afirmou Naiara Alves.

A investigadora do OPLOP salientou que, segundo o primeiro-ministro Rui Araújo, “a visão pública de um país corrupto tende a inibir a entrada de empresas” estrangeiras no país.

“O primeiro-ministro de Timor-Leste tem um discurso contra a corrupção e que é necessário melhorar a máquina do Estado numa série de fatores”, acrescentou a coordenadora do OPLOP.

A independência de Timor-Leste foi reconhecida pela comunidade internacional somente em 2002, depois da colonização portuguesa, do domínio indonésio (entre 1975 e 1999) e de um governo de transição das Nações Unidas (1999 a 2002). A 28 de novembro de 1975, a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (Fretilin) declarou a independência, interrompida rapidamente com a invasão indonésia, a 07 de dezembro do mesmo ano.

⁵ Publicado inicialmente no portal “Independências” da Agência Lusa, em 27 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.independenciaslusa.info/40-anostimor-leste-combate-a-corrupcao-no-pais-esta-a-melhorar-academicos-repeticao/>

40 ANOS/TIMOR-LESTE: PREVENÇÃO, INVESTIGAÇÃO E PUNIÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES É AINDA PRECÁRIA⁶

POR CRISTINA SILVA ROSA

LISBOA, 01 DEZEMBRO (LUSA) – APESAR DOS ESFORÇOS DAS AUTORIDADES TIMORENSES, O SISTEMA DE PREVENÇÃO, INVESTIGAÇÃO E PUNIÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, NOMEADAMENTE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, É AINDA MUITO PRECÁRIO EM TIMOR-LESTE, DISSE À LUSA UMA INVESTIGADORA.

“Todo o sistema de prevenção, punição e investigação (da violência contra as mulheres) é ainda muito precário”, declarou à Lusa Naiara Alves, coordenadora-adjunta do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP).

De acordo com a investigadora, “a desigualdade de género é uma das preocupações do Estado timorense e o que tem mais destaque é a violência doméstica, que aparece como uma grave violação num relatório das Nações Unidas (que analisou a situação até 2011)”.

“Em 2010 foi criada uma lei contra a violência doméstica, que prevê investigação criminal, mesmo que a mulher não preste queixa, bem como penalizações e reeducação (dos maridos/parceiros/namorados)”, referiu a investigadora do OPLOP, ligado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Para esta académica da área de História, “trata-se de um sistema ainda muito precário e não dá conta do contingente de vítimas”.

Naiara Alves referiu que, devido à falha neste sistema, acabam por existir “mecanismos informais de justiça”, como linchamentos públicos.

“Há ainda uma falta de comunicação e articulação entre as diversas entidades que atendem as vítimas de violência doméstica”, sublinhou.

De acordo com a coordenadora do OPLOP, “as relações de género em Timor-Leste têm de ser inseridas dentro de uma compreensão histórica e sociológica desta sociedade. Ainda predomina o perfil tradicional, de grandes famílias, em que a agricultura de subsistência se baseia na mão-de-obra familiar”.

“É uma sociedade maioritariamente rural, uma sociedade tradicional com um sistema de castas e com alianças de famílias. O casamento desempenhava um papel crucial nas relações entre famílias”, sublinhou.

Para Naiara Alves, “esta dinâmica, muito do quotidiano, vai ter uma implicação grande nas relações de género, inclusive atualmente”.

“Nessa sociedade, há uma distinção clara dos papéis entre homens e mulheres. Esta dinâmica social também se apresenta como um fator de empecilho a organização do Estado, porque o Estado de direito pressupõe igualdade de género, igualdade de oportunidades”, indicou ainda.

Segundo a coordenadora do OPLOP, “no imaginário social, sexista e patriarcal que ainda sobrevive na sociedade timorense, o papel da mulher está ligado às tarefas domésticas, mesmo que se apresente uma realidade diferente, já que as mulheres têm de trabalhar para ajudar no seu sustento e da sua família”.

⁶ Publicado inicialmente no portal “Independências” da Agência Lusa, em 1 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.independenciaslusa.info/40-anostimor-leste-prevencao-investigacao-e-punicao-da-violencia-contra-as-mulheres-e-ainda-precaria-investigadores-repeticao/>

A investigadora disse ainda que mulheres têm pouca escolarização em Timor-Leste e entram no mercado de trabalho em grande desvantagem, sublinhando que um relatório da ONU (2014) apontou que as diferenças salariais entre homens e mulheres é muito grande.

“Este relatório da ONU veio dizer que a participação no mercado formal, de 1990 a 2003 caiu, devido ao reduzido acesso a educação das mulheres no ensino secundário e superior”, acrescentou.

A investigadora disse ainda que “as disparidades económicas, entre ricos e pobres, têm um impacto muito maior sobre as raparigas nas zonas rurais do que nos rapazes. A falta de informação, a falta de acesso à saúde e a violência doméstica corroboram para esta estrutura de inferioridade das mulheres”.

Naiara Alves afirmou ainda que faltam ações afirmativas governativas para a integração da mulher na sociedade e no mercado de trabalho.

A independência de Timor-Leste foi reconhecida pela comunidade internacional somente em 2002, depois de 500 anos de colonização portuguesa, do domínio indonésio (entre 1975 e 1999) e de um governo de transição das Nações Unidas (1999 a 2002).

A 28 de novembro de 1975, a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (Fretilin) declarou a independência, interrompida rapidamente com a invasão indonésia, a 07 de dezembro do mesmo ano.

